



ALIJO
Território de Origem Demarcada

RELATÓRIO DE GESTÃO

1/19/2017

RELATÓRIO DE GESTÃO |

EXERCÍCIO 2019

11/01/2020

ÍNDICE

Índice

I.	Introdução	2
II.	Organização do Município	3
	Assembleia Municipal – Órgão Deliberativo.....	3
	Câmara Municipal – Órgão Executivo	4
III.	Recursos Humanos.....	6
IV.	Análise da Execução Orçamental.....	9
V.	Receita	12
	Receita corrente.....	15
	Receita capital.....	18
VI.	Despesa.....	22
VII.	Plano plurianual de investimentos.....	28
VIII.	Plano de atividades mais relevantes.....	30
IX.	Análise dos Empréstimos de Médio/Longo Prazo.....	31
X.	Análise do Endividamento Municipal.....	32
XI.	Caraterização da Dívida.....	33
XII.	Equilíbrio Orçamental.....	35
XIII.	Análise Económico - Financeira.....	36
	Balço e Demonstração de Resultados.....	36
XIV.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	40
XV.	NOTA FINAL.....	41
	Câmara Municipal de Alijó.....	43

I. INTRODUÇÃO

De acordo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei 73/2013, de 3 de setembro e considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, (POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão e Contas, relativas ao ano económico de 2019.

É da competência do Órgão Executivo, a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, que devem ser submetidos à apreciação e votação pelo Órgão Deliberativo.

O presente relatório, permitirá visualizar a situação económica e financeira relativa ao exercício de 2019, demonstrando os níveis de execução conseguidos, bem como, os resultados da utilização de meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas pelo Município.

Pretende-se demonstrar de forma sucinta, a evolução da receita e despesa, custos e proveitos, integrando-os com os resultados de anos anteriores, com uma narrativa coerente dos dados orçamentais e financeiros, relatando os eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras.

A análise desenvolvida neste Relatório de Gestão é sustentada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais.

O Relatório de Gestão de 2019 mantém a estrutura dos anos anteriores, o que permite uma leitura fácil e proporciona uma análise comparativa dos anos anteriores.

Além deste relatório, existe análise complementar, produzida pelo Revisor Oficial de Contas, com informação Económico-Financeira e de Execução Orçamental.

II. ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ÓRGÃO DELIBERATIVO

A Assembleia Municipal do Município de Alijó é constituída por 35 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente, e os restantes 14 são Presidentes de Junta de Freguesia.

A composição da Assembleia Municipal de Alijó é a seguinte:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
CONSTITUIÇÃO DA MESA	
José Alberto Queirós Canelas	
Mário Joaquim Vaz	
Denisa Cláudia Sampaio Simão	
NOME	NOME
Alípio de Almeida Alves	Aurelina Maria Gomes Lopes Carvalho Pereira
Evaristo José Luxo Hipólito	Raffaele Liberato Batista
Filomena Margarida Gonçalves Marques	Luís Horácio Macedo dos Santos
Rui Francisco Morais Lopes	Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho
Pedro Miguel Guedes M. Espírito Santo	Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda
António Luís Pereira	Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique
António Samuel Lopes Fernandes da Cunha	Luís Filipe Pires de Morais Pinto
Cláudio Miguel da Cruz Vilela	António Joaquim Fernandes
Maria da Glória de Carvalho Veiga	José Toni Carneiro Afonso
Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias	Fernando Gerardo Alves de Sousa
Alexandre Monteiro Alves	Sónia Cristina Cardoso Quintas Pinheiro
Luís Manuel da Silva Lameiras	Vítor Carlos Alves Borges
Márcio Miguel Monteiro Ribeiro	Nuno Filipe Aires Jorge
Joaquim Augusto dos Santos Veloso	Faustino Meireles Moreira
Eliana Cristina Leal Mendes Cardoso	
Estela Maria de Jesus Teixeira	
António Augusto Pinto Rocha	
António João Teixeira Borges	

ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

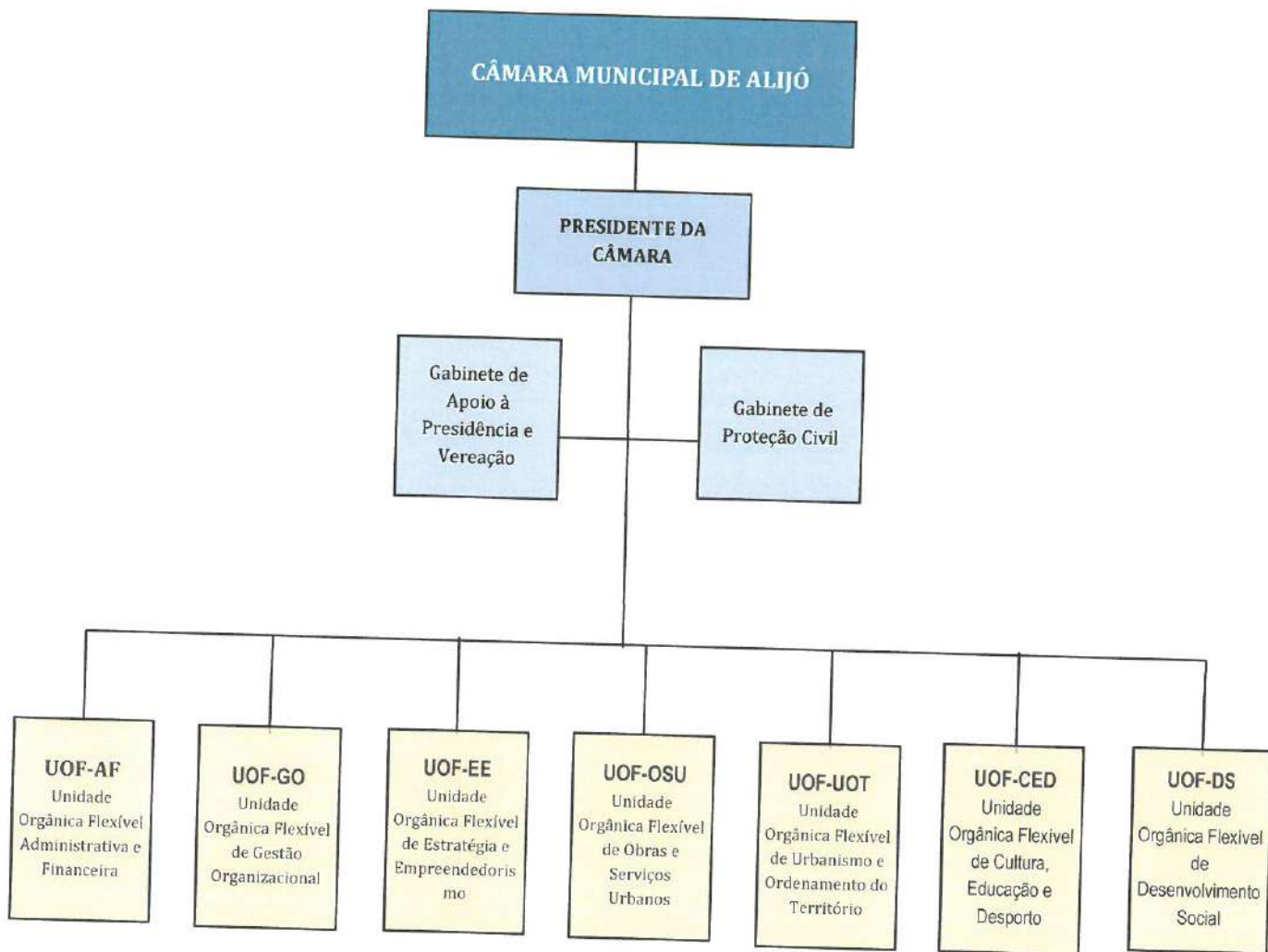
CÂMARA MUNICIPAL – ÓRGÃO EXECUTIVO

O Município de Alijó, para além do Presidente, é composto por seis Vereadores. A responsabilidade nos vários pelouros e a respetiva distribuição de funções pelos Vereadores, constam no despacho do Sr. Presidente da Câmara de 26 de Outubro de dois mil e dezassete.

NOME	PELOUROS
José Rodrigues Paredes	Coordenação Geral dos Serviços
	Relações Exteriores e Comunicação Social
	Recursos Humanos
	Finanças e Desenvolvimento Económico
	Obras Públicas
	Agricultura e Florestas
Vítor Emanuel Cardoso dos Santos Ferreira	Licenciamento Urbano e Loteamentos
	Planeamento e Ordenamento
	Empreendedorismo e Estratégia
	Proteção Civil
	Trânsito e Segurança Rodoviária
	Recursos Cinegéticos e Piscícolas
	Comércio Mercados e Feiras
	Qualidade e Ambiente
	Coordenação Jurídica
Sónia Andrea Rodrigues Pereira Pires	Educação
	Juventude e Desporto
	Formação e Qualificação
	Saúde
	Turismo
Mafalda Lopes Mendes	Ação Social
	Habitação Social
	Cultura
	Comunicação e Imagem
	Qualidade e Modernização Administrativa
Luís Miguel Gonçalves Rodrigues	Sem Pelouros Atribuídos
Luís Henrique Grácio Azevedo	Sem Pelouros Atribuídos
Maria Margarida Marinheira Dias Cascarejo	Sem Pelouros Atribuídos

124
Amg

ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



125
Amg

RECURSOS HUMANOS

III. RECURSOS HUMANOS

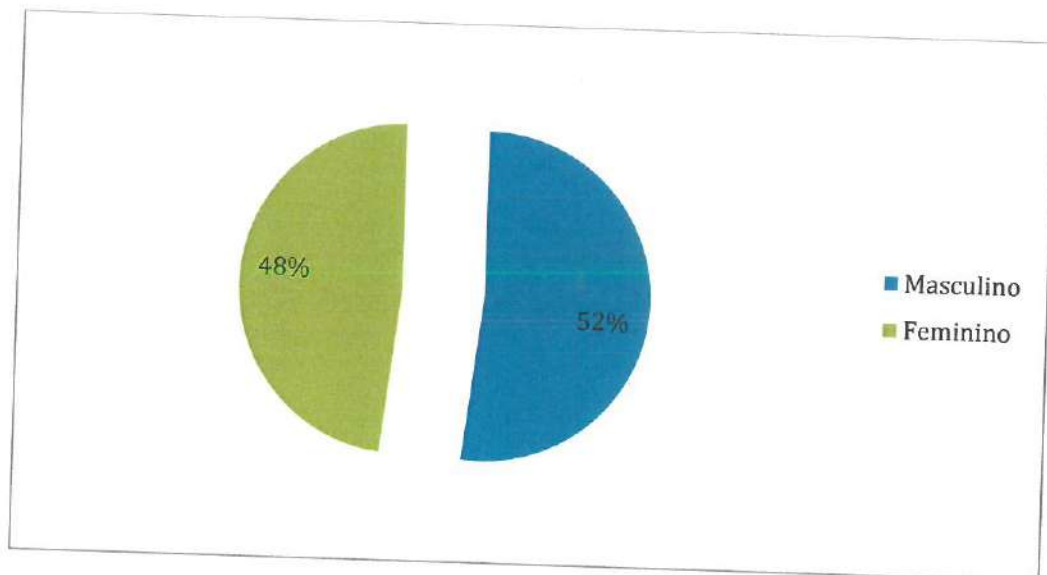
Reportando à data de 31 de dezembro de 2019, os dados seguintes refletem a desagregação da estrutura dos trabalhadores do Município.

O universo de trabalhadores ascende a 160 colaboradores.

O quadro e o gráfico seguinte permitem verificar que os trabalhadores do sexo masculino representam a maior percentagem, ascendendo a 52% do total de funcionários.

MAPA DE TRABALHADORES POR SEXO

	Masculino	Feminino	TOTAL
Dirigente	4	3	7
Técnico Superior	7	17	24
Assistente Técnico	11	19	30
Assistente Operacional	60	37	97
Informática	1	1	2
TOTAL	83	77	160

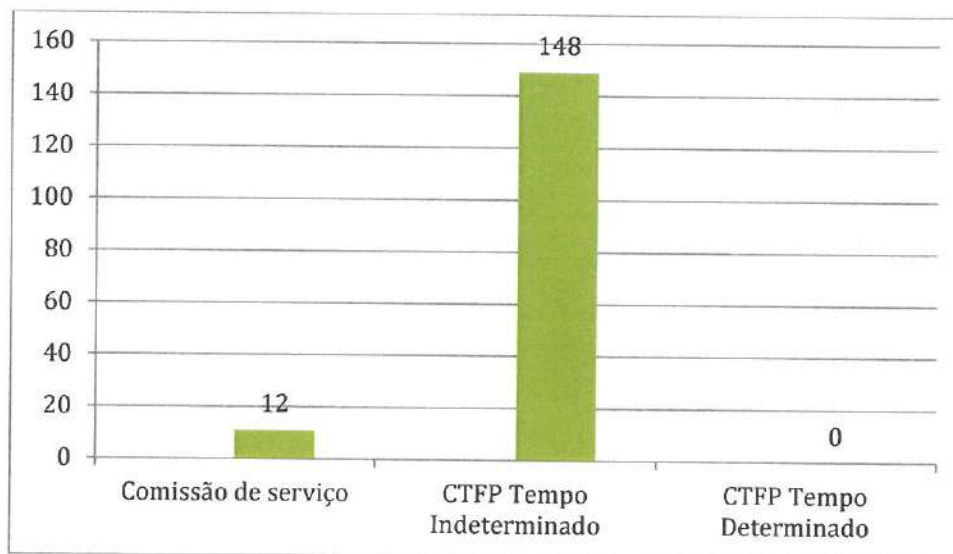


RECURSOS HUMANOS

Apresentam-se de seguida, os dados referentes ao vínculo dos trabalhadores:

MAPA DE TRABALHADORES POR CARGO/CARREIRA POR VÍNCULO

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de Serviço	7	3	1	1	0	0	12
CTFP Tempo	0	21	29	96	2	0	148
CTFP Tempo	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	7	24	30	97	2	0	160

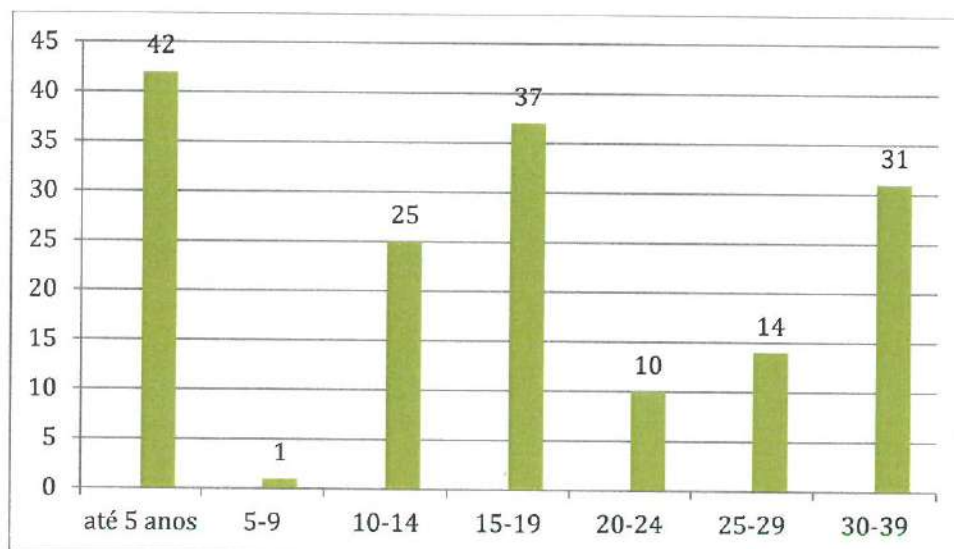


RECURSOS HUMANOS

Relativamente à antiguidade verifica-se que o maior número de trabalhadores tem até 5 anos de serviço.

MAPA DE TRABALHADORES POR ANTIGUIDADE

	Dirigente Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
até 5 anos	0	6	6	30	0	0	42
5-9	0	0	0	1	0	0	1
10-14	2	10	2	11	0	0	25
15-19	3	2	8	24	0	0	37
20-24	1	1	2	6	0	0	10
25-29	1	1	5	6	1	0	14
30-39	0	4	7	19	1	0	31
TOTAL	7	24	30	97	2	0	160



ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

IV. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A presente análise orçamental, procura mostrar de forma sucinta a execução da receita e da despesa, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas.

Os valores referentes à execução orçamental do exercício económico de 2019 encontram-se resumidos no quadro que a seguir se apresenta, verificando-se que a receita global ascendeu a € 12.236.991,11 (doze milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e um euros e onze cêntimos), e a despesa ascendeu a € 12.282.158,79 (doze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e nove cêntimos).

Importa referir que o saldo da gerência anterior (2018), corresponde a um valor global de € 4.185.573,06 (quatro milhões, cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta e três euros e seis cêntimos), tendo transitado para o ano económico seguinte (2020), um saldo de € 4.140.405,38 (quatro milhões, cento e quarenta mil, quatrocentos e cinco euros e trinta e oito cêntimos).

DESCRIÇÃO	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	TOTAL
Saldo da Gerência Anterior	3.170.446,45 €	1.015.126,61 €	4.185.573,06 €
Receitas	11.485.495,22 €	751.495,89 €	12.236.991,11 €
Despesas	11.581.630,61 €	700.528,18 €	12.282.158,79 €
Saldo para a Gerência Seguinte	3.074.311,06 €	1.066.094,32 €	4.140.405,38 €

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No quadro a seguir apresentado, analisamos a estrutura global quer da receita quer da despesa, comparando o orçamento final, ou corrigido, com o orçamento executado.

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO
	Valor	Valor		
Receitas Correntes	10.056.389,78 €	9.986.044,53 €	-70.345,25 €	99%
Receitas de Capital	2.008.885,36 €	1.498.206,99 €	-510.678,37 €	75%
Outras Receitas (a)	3.170.546,45 €	3.171.690,15 €	1.143,70 €	100%
Total da Receita (a)	15.235.821,59 €	14.655.941,67€	-579.879,92 €	96%
Despesas Correntes	9.078.603,03 €	8.060.803,81 €	-1.017.799,22 €	89%
Despesas de Capital	6.157.218,56 €	3.520.826,80 €	-2.636.391,76 €	57%
Total da Despesa	15.235.821,59 €	11.581.630,61 €	-3.654.190,98 €	76%

(a) Este valor inclui o saldo orçamental transitado, que foi incorporado por revisão.

Analisando o quadro supra apresentado, pode-se verificar que o orçamento da receita teve uma execução na ordem dos 96%, verificando-se um desvio negativo na ordem meio milhão de euros.

Esta execução é resultado de uma execução do orçamento da receita corrente, na ordem dos 99%, e uma execução orçamental das receitas de capital na ordem dos 75%.

De salientar que em relação ao ano transato a execução da receita corrente mantém-se próxima dos 100% e que a execução da receita de capital teve um acréscimo na ordem dos 40%.

De uma forma global, a execução orçamental, no que diz respeito às receitas, teve uma execução superior ao ano transato.

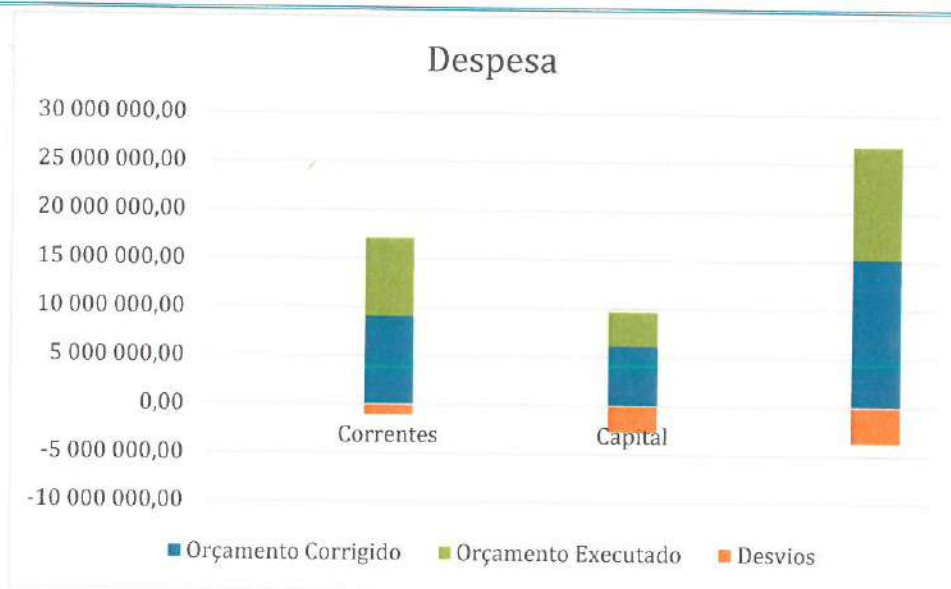
A maior variação ocorre na receita de capital, por não se ter verificado a arrecadação de fundos comunitários que se estimavam executar, no entanto esse desvio reduz de forma considerável em relação ao ano transato.

Já a variação na receita corrente é menor e quase nula, comparando com o ano transato, destacando uma taxa de execução na ordem dos 99%, em termos absolutos verifica-se um decréscimo na receita corrente.

Quanto à despesa, teve uma execução de 76%, superior ao ano transato em cerca de 5 pontos percentuais. Este resultado advém de uma execução da despesa corrente na ordem dos 89% e uma execução no orçamento das despesas de capital na ordem dos 57%.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Graficamente, apresentam-se as dotações e previsões corrigidas comparando-as com a execução, para análise dos desvios:



V. RECEITA

Analisamos, através do quadro seguinte, a evolução da cobrança das receitas ao longo dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. De salientar que as “outras receitas”, foram expurgadas desta análise, debruçando-nos sobre as receitas correntes e de capital.

RECEITA COBRADA	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019
Receita Corrente	9 991 716,82 €	9 744 437,78 €	10 069 426,23 €	9 986 044,53 €
Receita de Capital	839 815,04 €	11 766 387,53 €	667 640,00 €	1 498 206,99 €
TOTAL	10 831 531,86 €	21 510 825,31 €	10 737 066,23 €	11 484 251,52 €

Graficamente, demonstramos a evolução da receita ao longo dos últimos anos:



De acordo com a análise do quadro supra apresentado e do respetivo gráfico, a receita corrente arrecadada em 2019 é ligeiramente inferior, quando comparada com o ano económico de 2018. Já a receita de capital, teve um acréscimo superior a oitocentos mil euros, que se deve essencialmente à arrecadação de receita em 2019, de verbas provenientes de financiamento comunitário, bem como por aplicação do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

A execução da receita corrente e da receita de capital, foi inferior a 100%, o que significa que o Município de Alijó, arrecadou menos cerca de € 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil euros) do que a verba prevista.

Considerando que a receita orçamental global da autarquia, no ano económico de 2019, se cifrou em € 11.485.495,22 (onze milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e vinte e dois cêntimos), o peso da receita corrente é de 87%, sendo o diferencial, o correspondente ao peso da receita de capital 13%.

Analisando por capítulos, tendo em consideração os quadros supra apresentados, importa referir o seguinte relativamente à receita corrente:

Em relação ao ano transato, verifica-se um maior peso da receita de capital, uma vez que receita de capital aumentou de forma significativa, aumentando de 6% para 13% o seu peso.

Os Impostos Diretos tiveram em 2019, um acréscimo relativamente ao ano económico de 2018, tendo sido cobrado nesta rúbrica o montante de € 1.703.494,13 (um milhão, setecentos e três mil, quatrocentos e noventa e quatro euros e treze cêntimos). Este acréscimo deveu-se ao aumento da cobrança do Imposto Único de Circulação (IUC), do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e da Derrama, tendo-se verificado um decréscimo no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), tal como no ano transato se tinha verificado.

As rúbricas incluídas no capítulo dos impostos diretos tiveram uma execução superior a 100%, o que significa que a receita cobrada superou os valores estimados nos documentos previsionais.

De forma global, este capítulo – Impostos Diretos - teve uma execução de 116%, havendo um desvio positivo quando comparado com o valor estimado em sede de elaboração do orçamento para o ano económico de 2019.

Os Impostos Indiretos tiveram um acréscimo, mas, considerando o peso relativo deste capítulo da receita, não é materialmente relevante o seu montante. No entanto verifica-se que o Município na previsão destas receitas foi também cauteloso, ao obter uma execução superior a 100%, neste capítulo foi de 250%.

As Taxas, Multas e outras Penalidades, tiveram um decréscimo pouco significativo em relação ao ano transato, verificando-se um grau de execução na ordem dos 105%. Comparativamente com o ano transato, importa referir um decréscimo na receita cobrada referente a Loteamento e Obras e também da Caça, o que levou à diminuição de receita relativamente ao capítulo das taxas. Embora pouco relevante houve um acréscimo da receita cobrada na classificação de multas e outras penalidades, com uma execução de 197%.

Os Rendimentos de Propriedade, mantiveram-se praticamente inalterados em relação ao ano transato e em relação ao previsto nos documentos previsionais de 2019, o que levou a uma taxa de execução na ordem dos 99%.

RECEITA

As transferências correntes tiveram uma diminuição, na ordem de € 216.000,00 (duzentos e dezasseis mil euros). Esta diminuição verifica-se, porque houve um decréscimo nas transferências do FEF corrente, por parte da administração central para o município no ano económico de 2019 e também porque não existiu em 2019 o projeto financiado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no âmbito do Fundo Ambiental protocolado com o Município de Alijó que existiu em 2018. No total deste capítulo da receita houve um decréscimo, no entanto houve variações positivas na participação variável do IRS, nas verbas da DGESTE, e no financiamento do Gabinete Técnico Florestal.

A rubrica de Venda de Bens e Serviços correntes teve um decréscimo na ordem dos €26.000,00 (vinte e seis mil euros). De forma global, podemos considerar que a execução deste capítulo da receita se situou nos 100%, considerando uma taxa de execução de 96% na venda de bens, de 102% nas prestações de serviços e de 106% nas rendas e alugueres.

Relativamente à receita de capital, importa referir e analisar o seu acréscimo. O acréscimo da receita neste capítulo é superior a oitocentos mil euros, deve-se sobretudo à arrecadação de valores referentes a transferências no âmbito do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, esta transferência definida em Orçamento de Estado de 2019 ascendeu a €501.493,00 (quinhentos e um mil, quatrocentos e noventa e três euros). Contribuiu também para o acréscimo de receita neste capítulo a cobrança de receita proveniente de fundos comunitários para financiamento de investimentos num montante superior a €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), bem como o financiamento proveniente da ADRVT (50%), que equivale a €75.000,00 (setenta e cinco mil euros).

O Município de Alijó não recorreu a capitais alheios no ano económico de 2019.

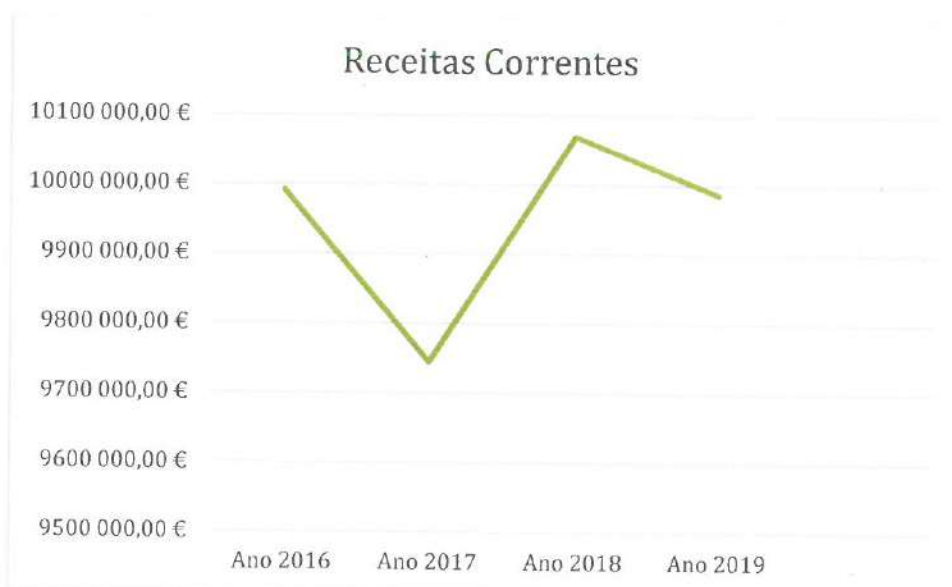
É necessário, para uma análise mais desagregada, analisar os vários capítulos da receita, de forma a conhecer os que mais e menos contribuem para a arrecadação de verbas para o Município.

RECEITA

RECEITA CORRENTE

Receita Cobrada	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Receitas Correntes	9 991 716,82 €	9 744 437,78 €	10 069 426,23 €	9 986 044,53 €
Impostos Diretos	1 664 011,38 €	1 520 843,70 €	1 552 817,48 €	1 703 494,13 €
Impostos Indiretos	7 438,78 €	6 042,36 €	9 766,12 €	14 926,13 €
Taxas, Multas e O. Penalidades	82 009,65 €	102 344,65 €	105 052,59 €	101 634,29 €
Rendimentos de Propriedade	572 186,04 €	357 762,66 €	471 520,33 €	471 000,90 €
Transferências Correntes	6 406 897,13 €	6 489 244,09 €	6 717 452,26 €	6 500 735,37 €
Vendas Bens e Serv. Correntes	1 172 646,71 €	1 240 433,56 €	1 192 638,52 €	1 165 787,91 €
Outras Receitas Correntes	86 527,13 €	27 766,76 €	20 178,93 €	28 465,80 €

Graficamente, podemos visualizar a evolução dos vários capítulos da receita corrente cobrada ao longo dos anos:



RECEITA

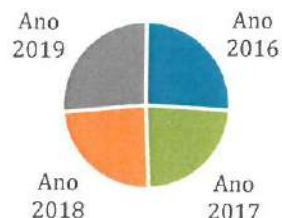
A receita proveniente de **impostos diretos**, sofreu um decréscimo desde 2015 a 2017, tendo aumentado em 2018 e no ano económico de 2019 continua a verificar-se um aumento. Verifica-se um aumento no ano económico de 2019, devido ao acréscimo da arrecadação de receita de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis da Derrama, no entanto verifica-se um decréscimo da receita cobrada de Imposto Municipal sobre Imóveis uma vez que foram aprovados pela Assembleia Municipal a aplicação de benefícios a famílias numerosas. Aliás, o Imposto Municipal sobre imóveis é o único imposto cuja receita arrecadada diminui no ano económico de 2019.

Relativamente aos **impostos indiretos**, verifica-se um aumento significativo, embora devido ao seu valor absoluto reduzido, que não ultrapassa os €15.000,00 (quinze mil euros), não seja relevante para o impacto na gestão orçamental.

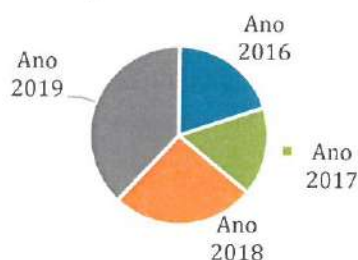
Relativamente às **taxas, multas e outras penalidades**, importa referir que a receita cobrada diminuiu ligeiramente, ultrapassando mesmo assim o valor de €100.000,00 (cem mil euros).

Nos **rendimentos de propriedade** não houve oscilações, mantendo-se o valor da cobrança muito semelhante ao valor cobrado no ano transato. Em 2019, a receita cobrada neste capítulo, ascende a €471.000,90 (quatrocentos e setenta e um mil euros e vinte euros noventa cêntimos).

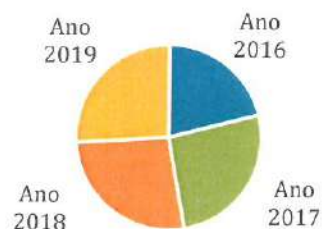
Impostos Diretos



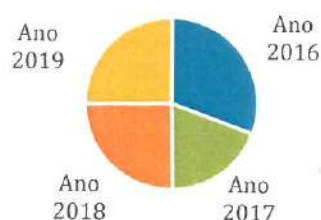
Impostos Indiretos



Taxas, Multas e O. Penalidades



Rendimentos de Propriedade



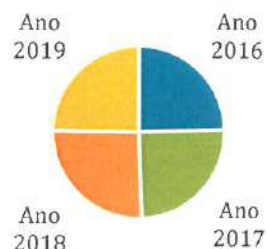
RECEITA

No que diz respeito às **transferências correntes**, verifica-se uma diminuição das receitas cobradas, sobretudo porque não existiram à semelhança do ano transato protocolos com a Associação Portuguesa do Ambiente para financiamento de trabalhos de estabilização e regularização fluvial.

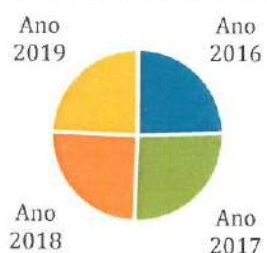
Relativamente às **vendas de bens e serviços correntes** o valor da receita cobrada diminuiu em relação ao ano transato. Esta diminuição advém essencialmente de uma diminuição na receita cobrada quer em venda de bens quer em prestações de serviços, devido a um menor volume de faturação relativamente aos serviços essenciais (água, saneamento e resíduos).

O Capítulo das **outras receitas correntes** corresponde a verbas de montante reduzido e imprevisível sem enquadramento em outros capítulos de receita específico.

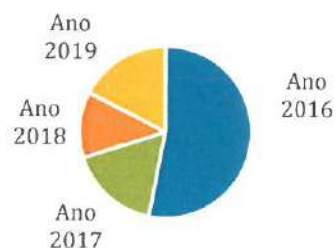
Transferências Correntes



Vendas Bens e Serv. Correntes



Outras Receitas Correntes



RECEITA

RECEITA CAPITAL

Receita Cobrada	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Receitas de Capital	839 815,04 €	11 766 387,53 €	667 640,00 €	1 498 206,99€
Venda de Bens de Investimento	0,00 €	0,00 €	2 810,00 €	2 121,83 €
Transferências de Capital	839 815,04 €	824 456,86 €	664 830,00 €	1 496 085,16 €
Passivos Financeiros	0,00 €	10 941 930,67 €	0,00 €	0,00 €

Graficamente, podemos visualizar a evolução dos vários capítulos da receita de capital cobrada ao longo dos anos:



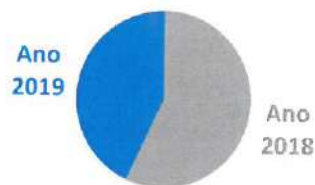
RECEITA

Relativamente à venda de bens de investimento, trata-se de uma receita residual de montante materialmente pouco relevante e sem impacto na gestão orçamental.

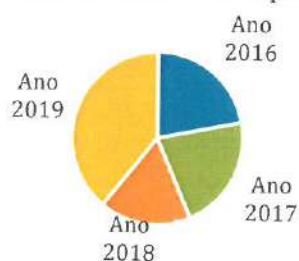
As transferências de capital foram em 2019 as provenientes do Fundo de Equilíbrio Orçamental, as receitas no âmbito do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, as transferências da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua e as comparticipações de projetos financiados por fundos europeus.

Relativamente aos passivos financeiros, só em 2017 o Município recorreu a empréstimos bancários.

VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO



Transferências de Capital



RECEITA

A desagregação da receita por capítulos, no quadro infra apresentado, revela o peso de cada capítulo quer nas receitas correntes quer nas receitas de capital.

RECEITA COBRADA	ANO 2018	%
Receitas Correntes	9 986 044,53 €	100,00%
Impostos Diretos	1 703 494,13	17,06%
Impostos Indiretos	14 926,13	0,15%
Taxas, Multas e O. Penalidades	101 634,29	1,02%
Rendimentos de Propriedade	471 000,90	4,72%
Transferências Correntes	6 500 735,37	65,10%
Vendas Bens e Serviços Correntes	1 165 787,91	11,67%
Outras Receitas Correntes	28 465,80	0,29%
Receitas de Capital	1 498 206,99 €	100,00%
Venda de Bens de Investimento	2 121,83	0,14%
Transferências de Capital	1 496 085,16	99,86%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%

RÁCIOS DE ESTRUTURA FINANCEIRA				
Descrição	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
	%	%	%	%
Receitas Próprias/Receita Total	27	15	31	30
Impostos Diretos/Receita Total	10	7	14	15
Transferências/Receita Total	73	34	69	70
Venda de Bens/Receita Total	11	6	11	10
Passivos Financeiros/Receita Total	0	51	0	0

RECEITA

Para uma melhor percepção da análise efetuada relativa à receita municipal, torna-se importante uma análise acerca dos diferentes rácios da estrutura financeira.

De acordo com o quadro supra apresentado, podemos verificar que o Município de Alijó tem um elevado grau de dependência relativamente às transferências externas, quer sejam correntes, quer sejam de capital, na ordem dos 70%.

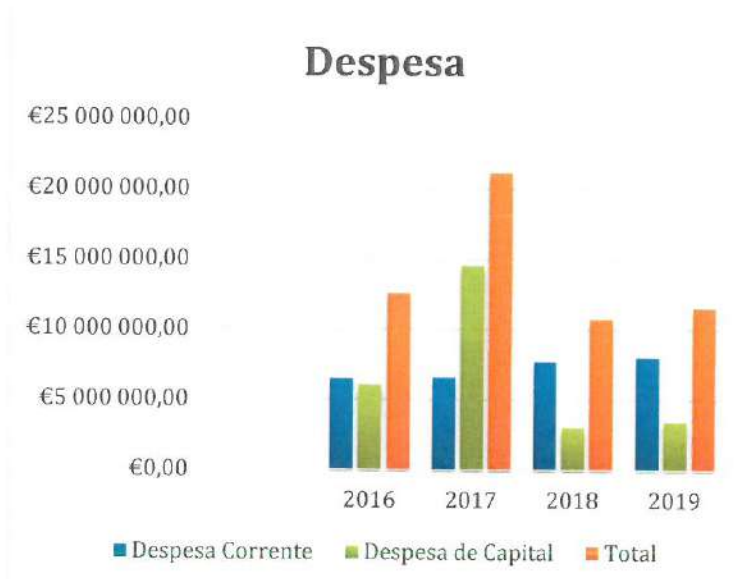
As variações na estrutura dos rácios de estrutura financeira são de 1%, o que significa que a estrutura financeira municipal não sofre alterações significativas, mantendo-se praticamente inalterável ao longo dos anos.

VI. DESPESA

Analisamos, através do quadro seguinte a evolução das despesas ao longo dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Despesa Paga	2016	2017	2018	2019
Despesa Corrente	6 492 097,86 €	6 584 471,20 €	7 731 383,27 €	8 060 803,81 €
Despesa de Capital	6 114 311,44 €	14 602 212,01 €	3 055 831,31€	3 520 826,80€
Total	12 606 409,30 €	21 186 683,21 €	10 787 214,58 €	11 581 630,61€

Graficamente, demonstramos a evolução da despesa ao longo dos últimos anos:



Relativamente à execução da despesa, verifica-se um acréscimo em relação ao ano transato.

A despesa corrente teve um acréscimo na ordem de trezentos e vinte e nove mil euros e a despesa de capital, teve um acréscimo de aproximadamente quatrocentos e sessenta e quatro mil euros.

Considerando a divisão entre as despesas correntes e despesas de capital, devemos pois verificar de entre os vários capítulos da despesa quais os que mais e menos contribuíram para a execução orçamental da despesa do Município.

De forma desagregada, constata-se que relativamente às despesas correntes, as despesas com a aquisição de bens e serviços e as transferências correntes em comparação com o ano transato sofreram um decréscimo de

DESPESA

despesa paga sendo que nos restantes agrupamentos da despesa corrente verifica-se um aumento de despesa paga.

O agrupamento das despesas com pessoal teve um acréscimo de €453.414,67 (quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e catorze euros e sessenta e sete cêntimos).

A execução das despesas com a aquisição de bens e serviços diminuíram em cerca de €16 000,00 (dezasseis mil euros).

As despesas pagas com juros e outros encargos aumentaram em relação ao ano transato. Neste agrupamento os juros pagos por financiamento bancário diminuíram, o que provocou aumento neste agrupamento foi o pagamento de outros juros, resultado de pagamentos por sentença condenatória do processo n.º 368/09.3 BEMDL.

As transferências correntes diminuíram, consequência da diminuição das transferências para Associações de Municípios, nomeadamente a Associação de Município Vale Douro Norte. Verifica-se também uma redução nas transferências correntes para as freguesias, no entanto este agrupamento deverá ser analisado em conjunto com as transferências de capital.

Relativamente às despesas de capital, houve um acréscimo global.

Verifica-se um acréscimo na aquisição de bens de capital, no montante de aproximadamente €375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil euros), nomeadamente pela execução do Plano Plurianual de Investimentos.

As transferências de capital em 2019 tiveram um acréscimo, superior a € 100.000,00 (duzentos mil euros). Pode neste agrupamento da despesa verificar-se um aumento das transferências de capital para as freguesias na ordem dos €131.000,00 (cento e trinta e um mil euros).

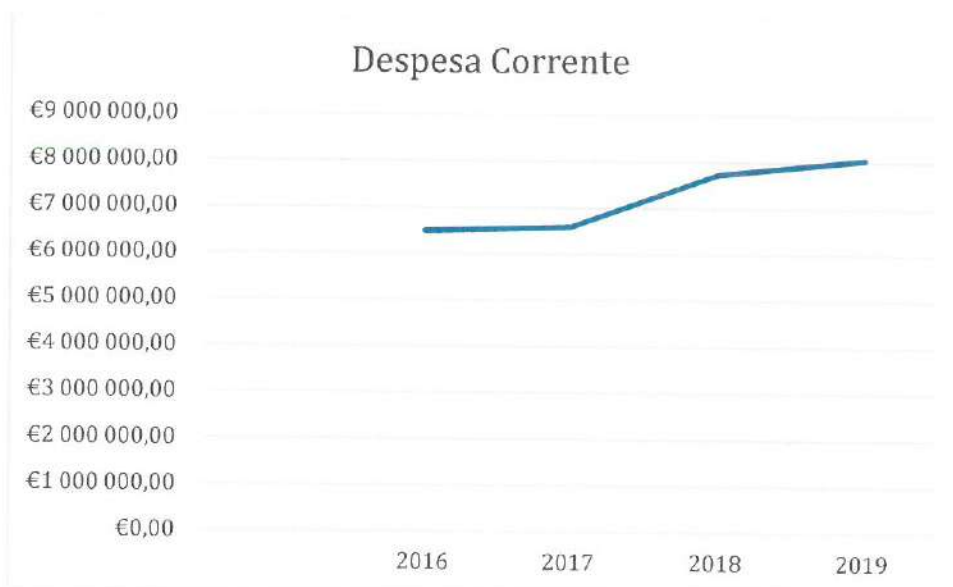
No que diz respeito ao valor dos Ativos Financeiros, houve um decréscimo, em virtude de ter alterado e diminuído a comparticipação do Município no FAM (Fundo de Apoio Municipal) nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2019.

DESPESA

Despesa Paga	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Despesas Correntes	6 492 097,86 €	6 584 471,20 €	7 731 383,27 €	8 060 803,81 €
Despesas com pessoal	2 660 502,20	2 655 708,10	2 888 737,51	3 342 152,18
Aquisição de Bens e Serviços	3 100 220,83	3 024 181,39	3 743 758,85	3 727 656,11
Juros e Outros Encargos	362 269,94	214 532,66	160 971,42	228 890,61
Transferências Correntes	255 823,43	545 374,68	752 786,27	551 719,74
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	113 281,46	144 674,37	185 129,22	210 385,17
Despesas de Capital	6 114 311,44 €	14 602 212,01 €	3 055 831,31	3 520 826,80
Aquisição de Bens de Capital	2 485 008,32	2 646 792,03	1 810 476,07	2 186 385,24
Transferências de Capital	449 944,50	34 500,00	276 700,00	380 311,35
Ativos Financeiros	79 759,00	79 759,00 €	59 819,25	39 879,50
Empréstimos a M/L Prazos	3 099 599,62	11 841 160,98	908 835,99	914 250,71

Do quadro supra apresentado, verifica-se que a despesa corrente paga, teve uma execução superior ao ano transato e a despesa de capital paga teve também uma execução superior, no global foi executado na despesa €11 581 630,61 (onze milhões, quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta euros e sessenta e um cêntimos).

Graficamente, podemos visualizar a evolução dos vários agrupamentos da despesa paga ao longo dos anos:

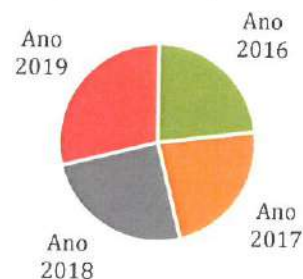


DESPESA

As **despesas com pessoal** sofreram um acréscimo, quando comparado o ano de 2019 com 2018.

Ao longo do ano económico de 2018, foram admitidos no mapa de pessoal da autarquia novos colaboradores, cujos custos refletidos nesta prestação de contas não englobaram o custo da totalidade do ano refletindo-se agora no ano económico em análise.

Despesas com pessoal

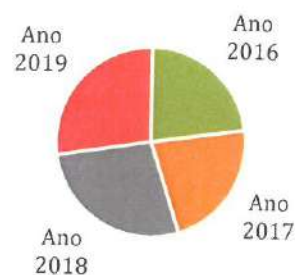


De salientar que na despesa com pessoal, estão refletidas as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, bem como o acréscimo da retribuição mensal mínima decretada pelo Governo.

No que à **aquisição de bens e serviços correntes** respeita, houve um decréscimo de despesa pouco significativo, consubstanciando-se numa redução de cerca de €16.000,00 (dezasseis mil euros).

Os **juros e outros encargos** têm decrescido, não só porque se verificou a manutenção de taxas de juro baixas, mas também o impacto da operação de substituição de dívida, levada a cabo pelo Município no ano de 2017, teve impacto superior em 2018 considerando que em 2017, apenas teve reflexo a partir de julho desse ano, no entanto em 2019 verifica-se um aumento desta despesa nomeadamente por pagamento de indemnização e juros, consequência de uma sentença desfavorável ao Município na obra do Estádio Municipal Delfim Magalhães.

Aquisição de Bens e Serviços



Juros e Outros Encargos



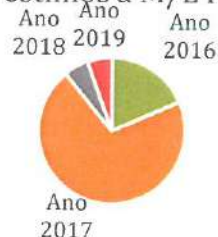
DESPESA

As **transferências correntes** tiveram um decréscimo por via da diminuição das transferências para a Associação de Municípios Vale Douro Norte e porque, em detrimento das transferências correntes para as Freguesias foram aumentadas as transferências de capital.

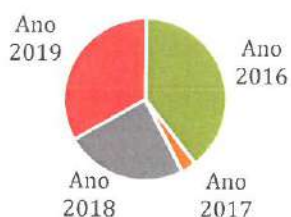
Neste agrupamento de **outras despesas correntes**, houve um acréscimo de despesa paga. Importa assim referir que existiu no ano económico de 2019 uma despesa paga por indemnização e juros consequência de uma sentença desfavorável ao Município na obra do Estádio Municipal Delfim Magalhães.

Relativamente às **despesas de investimento (aquisição de bens de capital)**, totalizaram um valor de €2.186.385,24 (dois milhões cento e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos). Verificou-se neste agrupamento um aumento significativo, por iniciarem neste ano económico, investimentos consideráveis e cuja continuidade se prevê para os anos económicos seguintes.

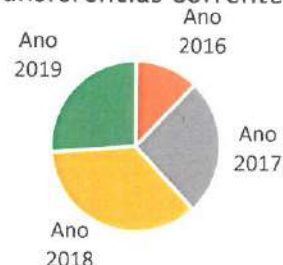
Empréstimos a M/L Prazos



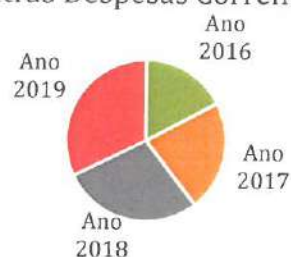
Transferências de Capital



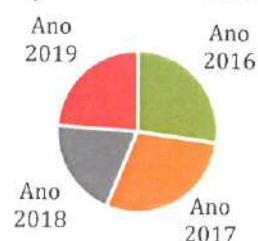
Transferências Correntes



Outras Despesas Correntes



Aquisição de Bens de Capital



Os **passivos financeiros (empréstimos a M/L Prazos)** resultam do cumprimento das cláusulas contratuais das operações financeiras em curso, mantendo-se esta despesa em 2019 dependente apenas das taxas de juro do mercado.

Relativamente às **transferências de capital**, houve um acréscimo significativo em relação ao ano transato, nomeadamente porque as freguesias viram as suas transferências reforçadas no que respeita ao investimento.

DESPESA

No que respeita ao ano de 2019, isoladamente, podemos analisar o peso de cada capítulo da despesa em relação à despesa total do Município.

Despesa Paga	Ano 2019	%
Despesas Correntes	8 060 803,81 €	100,00%
Despesas com pessoal	3 342 152,18	41,46%
Aquisição de Bens e Serviços	3 727 656,11	46,24%
Juros e Outros Encargos	228 890,61	2,84%
Transferências Correntes	551 719,74	6,84%
Subsídios	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	210 385,17	2,61%
Despesas de Capital	3 520 826,80 €	100,00%
Aquisição de Bens de Capital	2 186 385,24	62,10%
Transferências de Capital	380 311,35	10,80%
Ativos Financeiros	39 879,50	1,13%
Empréstimos a M/L Prazos	914 250,71	25,97%

Pelo quadro anterior apresentado, e no que respeita às despesas correntes, as despesas com pessoal têm um peso de 41,46% das despesas correntes tendo um acréscimo de 4,1% em relação ao ano transato.

As despesas pagas na rubrica de aquisição de serviços são as que maior relevância têm no orçamento da despesa corrente com um peso de 46,24%.

No que respeita às despesas de capital, são as aquisições de bens de capital que maior peso têm no orçamento das despesas de capital, com um peso percentual na ordem de 62%.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

VII. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta-se organizada por objetivos, programas, projetos e ações. É parte integrante deste documento, o mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos. Assim apresentamos de forma resumida a execução do Plano Plurianual de Investimentos, comparando-a com os anos de 2017 e 2018:

(em euros)	Ano	Ano	Ano
	2017	2018	2019
Funções Gerais			
Serviços da Administração Pública	186 702,69 €	510 843,30 €	379 794,94 €
Segurança e Ordem Públicas	158 364,21 €	2 123,17€	0,00€
Funções Sociais			
Educação	95 775,84 €	0,00 €	0,00 €
Saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Segurança e Ação Social	176,75 €	13 456,24 €	154 869,18 €
Habitação e Serviços Coletivos	1 095 342,92 €	488 665,92 €	604 914,87 €
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	341 377,50 €	129 347,20 €	69 022,95 €
Funções Económicas			
Agricultura, Silvicultura, caça e pesca	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Indústria e Energia	26 162,64 €	0,00 €	0,00 €
Transportes e Comunicações	708 449,48 €	629 465,58 €	672 252,95 €
Comércio e Turismo	34 440,00 €	36 574,66 €	305 530,35 €
Outras Funções			
Outras	79 759,00 €	59 819,25 €	39 879,50 €

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Do quadro supra apresentado, podemos analisar a despesa paga durante o ano de 2019, por função.

De uma forma resumida, pode-se constatar, que a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos se situou nos 45,88%, superior relativamente ao ano transato.

Foram pagos, no que respeita a investimento realizado pelo Município montantes na ordem dos 2,2 milhões de euros, sendo o valor de maior relevância nos transportes rodoviários, estradas municipais e pavimentações e arruamentos.

PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

VIII. PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Apresenta-se no quadro seguinte, de forma resumida, a execução do Plano de Atividades Mais Relevantes, comparando com os anos de 2017 e 2018:

(em euros)	Ano	Ano	Ano
	2017	2018	2019
Funções Gerais			
Serviços da Administração Pública	14 005,91 €	143 972,03 €	597 699,08 €
Segurança e Ordem Pública	0,00€	318 340,62€	129 624,06€
Funções Sociais			
Educação	341 759,33 €	344 468,50 €	399 751,02 €
Saúde	0,00€	0,00€	0,00€
Segurança e Ação Social	9 360,20 €	4 833,47 €	12 243,59 €
Habituação e Serviços Coletivos	1 285 514,11 €	1 252 946,79 €	1 334 271,28 €
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	30 862,53 €	60 473,77 €	60 214,80 €
Funções Económicas			
Agricultura, Silvicultura, caça e pesca	34 542,38 €	29 370,36 €	66 815,66 €
Comércio e Turismo	0,00€	116 732,69 €	131 178,71 €
Outras Funções			
Outras	506 680,17 €	957 618,40 €	851 297,94 €

Quanto ao plano de atividades mais relevantes, verifica-se um grau de execução anual na ordem dos 91 pontos percentuais.

Foi na habitação e serviços coletivos, seguida das transferências entre administrações e educação, que se verificou o maior grau de execução.

ANÁLISE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO

IX. ANÁLISE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO

A dívida do Município de Alijo, referente a empréstimos de médio e longo prazo, ascende em 31 de dezembro de 2019 a €10.990.111,42 (dez milhões, novecentos e noventa mil cento e onze euros e quarenta e dois cêntimos).

Dívida de Médio/Longo Prazo, por entidades	
Caixa Geral de Depósitos	1.168.630,92 €
Novo Banco	84 082,11 €
Banco Português de Investimento	0,00 €
Crédito Agrícola	9 737 398,39 €

Importa referir, que ao longo do ano económico de 2019, foram efetuadas amortizações no valor de €914.250,71 (novecentos e catorze mil duzentos e cinquenta euros e setenta e um cêntimos).

Este valor de amortizações, corresponde ao cumprimento dos contratos estabelecidos com as instituições financeiras.

Acresce ainda, que por aplicação da especialização, no balanço a dívida de médio e longo prazo, corresponde a € 10.200.446,73 (dez milhões, duzentos mil, quatrocentos e quarenta e seis euros e setenta e três cêntimos), considerando que foram subtraídos os valores a pagar no ano económico de 2020 inscritos na dívida de curto prazo.

A dívida de capitais alheios, refere-se apenas à contração de empréstimos de médio e longo prazo, uma vez que o Município não contratou qualquer empréstimo de curto prazo no ano económico de 2019.

Pelo exposto, a dívida de passivos financeiros diminuiu em relação ao ano transato, no montante igual ao agrupamento dos passivos financeiros, onde está registada o pagamento da despesa amortizada em 2019, considerando que não foram contratados novos empréstimos.

X. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, o limite da dívida total da autarquia é igual a 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos.

Para o Município de Alijó, os limites de endividamento são os seguintes:

Média da Receita Corrente Líquida	€ 9.935.194,00
1,5 vezes	€ 14.902.790,42
Limite da Dívida Total	€ 14.902.790,42

À data de 1 de janeiro de 2019 o valor total da dívida municipal, com as devidas exceções era de 12,3 milhões de euros, tendo reduzido em 31 de dezembro de 2019 para valores próximos dos 12,2 milhões de euros.

A dívida total orçamental, excluindo a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, situa-se em €12.253.167,47 (doze milhões duzentos e cinquenta e três mil cento e sessenta e sete euros e quarenta e sete cêntimos).

Considerando o valor do limite da dívida total, calculada anteriormente e que se situa nos € 14.902.790,42 (catorze milhões, novecentos e dois mil setecentos e noventa euros e quarenta e dois cêntimos), a dívida total do Município de Alijó, tem uma margem absoluta de € 2.649.622,95 (dois milhões seiscentos e quarenta e nove mil seiscentos e vinte e dois euros e noventa e cinco cêntimos).

CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA

XI. CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA

De forma sucinta, apresentamos um quadro com a caracterização da dívida, cuja análise em pormenor se remete para os documentos e mapas de prestação de contas apresentados na conta de gerência.

CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA	
Dívidas a Terceiros	
Fornecedores Correntes	84.697,86 €
Fornecedores de Imobilizado	942.202,76 €
Credores diversos	236.155,43 €
Total	1.263.056,05 €
Empréstimos de Médio e Longo Prazos	
Caixa Geral de Depósitos	1.168.630,92 €
Novo Banco	84.082,11 €
Crédito Agrícola	9.737.398,39 €
Banco Português de Investimento	0,00 €
Total	10.990.111,42 €

Em 31 de dezembro de 2019, depois de efetuadas as operações de fecho de ano, a dívida do Município de Alijó a terceiros, ascendia ao montante de € 1.263.056,05 (um milhão duzentos e sessenta e três mil cinquenta e seis euros e cinco cêntimos).

Este valor é caracterizado como sendo dívida a fornecedores conta corrente no montante de aproximadamente €84.000,00 (oitenta e quatro mil euros), sendo que se verificou um aumento significativo da dívida a fornecedores de imobilizado, nomeadamente por ter sido em 2019 registada a dívida resultante do processo judicial em curso referente a Higinio Pinheiro e Irmão, LDA.(€791.680,00) e também registo parcial do processo de José Santos Fernandes e Filhos, LDA.(€130.000,00)

Quanto à dívida de empréstimos, o Município de Alijó não contraiu nenhum empréstimo de curto prazo, pelo que a dívida à banca comporta apenas os empréstimos de médio e longo prazo, que à data de 31 de Dezembro

CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA

de 2019 ascende ao montante de € 10.990.111,42 (dez milhões, novecentos e noventa mil, cento e onze euros e quarenta e dois cêntimos).

Ainda relativamente à dívida, importa salientar que os prazos de pagamento foram cumpridos, sendo que não existem à data de 31 de dezembro pagamentos em atraso, conforme demonstra o quadro seguinte:

Designação	Stock final do período						Total
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso				
			90-120	120-240	240-360	>360	
(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)		
Remunerações certas e permanentes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Abonos variáveis ou eventuais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE010301 + CE010302 - Encargos com saúde - ADSE e outros das Adm. Públicas	1 278,90€	1 278,90€	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições para a segurança social - Seg. Social - Regime geral	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Restantes despesas com pessoal (Total CE01 menos os valores inscritos nas linhas precedentes)	4 011,23€	4 011,23€	- €	- €	- €	- €	- €
CE02 - Aquisição de Bens e serviços correntes	11 480,27€	11 480,27€	- €	- €	- €	- €	- €
CE03 - Juros e outros encargos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências correntes para sectores das Adm. Públicas (CE04.03+ CE04.04 + CE04.05 + CE04.06)	1 291,34€	1 291,34€	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências correntes para fora das Adm. Públicas (CE04 menos o valor inscrito na linha imediatamente acima)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE06 - Outras despesas correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE07 - Aquisição de Bens e serviços de capital	20 522,76€	20 522,76€	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências de capital para fora das Adm. Públicas (CE08 menos o valor inscrito na linha imediatamente acima)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	38 584,50	38 584,50	- €	- €	- €	- €	- €

XII. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Ainda no que à execução orçamental diz respeito, é importante demonstrar o equilíbrio de acordo com o preconizado no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, pelo que os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

DEMONSTRAÇÃO	
Receita Corrente Cobrada Bruta	9.986.044,53 €
Despesa Corrente	8.060.803,81 €
Saldo Corrente	1.925.240,72 €
Amortizações Médias	970.137,49 €
Margem Disponível	955.103,23 €

Para além do cumprimento de equilíbrio orçamental, conforme demonstrado, importa referir, que ao longo do ano económico de 2019, foi gerada uma poupança corrente de aproximadamente 1,9 milhões de euros, o que significa que foram utilizadas receitas correntes para financiar despesas de capital, nomeadamente os investimentos.

XIII. ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Balanço reflete a posição financeira e patrimonial do Município a 31 de Dezembro de 2019, comparando com a posição financeira em 31 de Dezembro de 2018. O quadro infra apresentado, representa o balanço de forma resumida.

BALANÇO	2018	2019
	€	€
Imobilizado	50 714 291,37	52 416 075,28
Existências	60 415,77	126 144,57
Dívidas de Terceiros	309 476,09	302 462,26
Disponibilidades	4 185 573,06	4 140 405,38
Acréscimos e Diferimentos	194 156,16	199 987,21
ATIVO	55 463 912,45	57 185 044,70
Património	11 692 711,79	11 692 711,79
Reservas	1 589 246,85	1 680 081,94
Resultados	16 762 205,48	20 209 091,43
Subsídios	460 564,77	460 564,77
FUNDOS PRÓPRIOS	30 504 728,89	34 042 449,93
Dívidas a Terceiros CP	2 362 369,17	3 138 754,81
Provisões	4 296 220,89	2 311 238,05
Dívidas a Terceiros MLP	10 995 237,71	10 200 446,73
Acréscimos e Diferimentos	7 305 355,79	7 492 155,18
PASSIVO	24 959 183,56	23 142 594,77

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

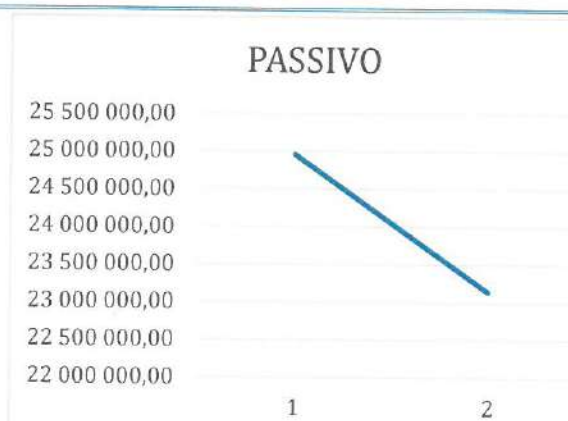
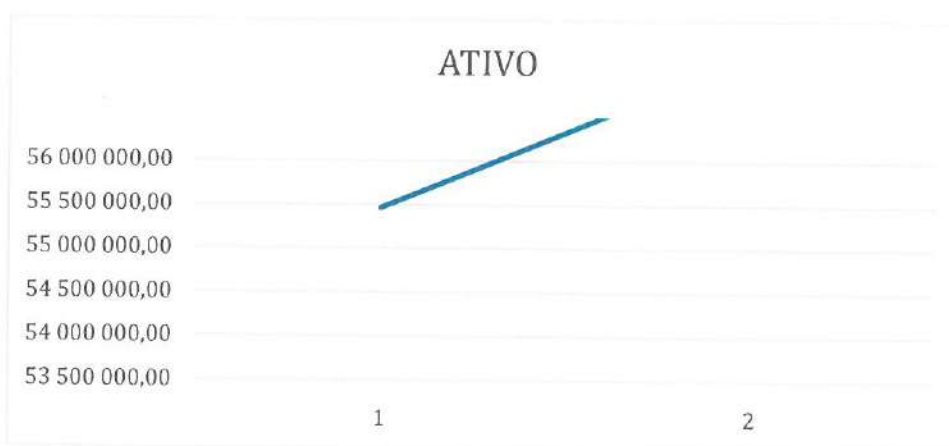
O total do ativo teve um acréscimo de aproximadamente 1,7 milhões de euros.

Relativamente ao ativo, é o valor do imobilizado que maior peso tem na estrutura do balanço. No que diz respeito aos fundos próprios também aumentaram, por via dos resultados transitados.

O passivo diminuiu cerca de 1,8 milhões de euros em relação ao ano transato, tendo-se verificado a diminuição das provisões e das dívidas de MLP.

Importa referir que o valor das amortizações acumuladas é de € 13.569.534,44 (treze milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos) e o valor dos ajustamentos no ativo ascende a € 59.865,51 (cinquenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos).

Graficamente, podemos visualizar a evolução do ativo, fundos próprios e passivos:



ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

A demonstração de Resultados permite a análise dos custos e dos proveitos que influenciam o apuramento de Resultado Líquido do exercício.

O mapa seguinte representa de forma resumida os custos e proveitos do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2018	2019
	€	€
Custos Operacionais	8 919 742,77	8 854 327,52
Custos Financeiros	160 996,92	228 890,61
Custos Extraordinários	339 490,25	578 979,27
TOTAL DOS CUSTOS	9 420 229,94	9 662 197,40
Proveitos Operacionais	10 567 777,18	11 062 987,86
Proveitos Financeiros	0,00	0,00
Proveitos Extraordinários	669 154,56	872 631,56
TOTAL DOS PROVEITOS	11 236 931,74	11 935 619,42
Resultados Operacionais	1 648 034,41	2 208 660,34
Resultados Financeiros	-160 996,92	-228 890,61
Resultados Extraordinários	329 664,31	293 652,29
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1 816 701,80	2 273 422,02

Graficamente, podemos visualizar a evolução dos resultados, relativamente ao ano transato:



O Resultado Líquido do Exercício positivo é de € 2.273.422,02 (dois milhões, duzentos e setenta e três mil quatrocentos e vinte e dois euros e dois cêntimos) valor que é apresentado no Balanço e na Demonstração de Resultados.

XIV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e para cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal, apresenta a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Resultado Líquido do Exercício: € 2.273.422,02 (dois milhões, duzentos e setenta e três mil quatrocentos e vinte e dois euros e dois cêntimos).

Transferência para a conta de Resultados Transitados, o montante do Resultado Líquido do Exercício, posterior constituição de reservas legais no montante de 5% desse resultado, transferindo para a conta de reservas legais o valor de € 113.671,10 (cento e treze mil, seiscentos e setenta e um euros e dez cêntimos).

XV. NOTA FINAL

O ano económico de 2019, é o último ano de aplicação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), uma vez que em 1 de janeiro de 2020 é obrigatória a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP).

À data de elaboração dos documentos de prestação de contas de 2019 já era conhecida a situação de pandemia e que condicionará a atividade das entidades privadas e públicas e por isso com consequências negativas a nível económico local.

Em março de 2020, a expansão do vírus COVID-19 fez com que fosse declarada como pandemia global pela Organização Mundial de saúde.

A situação excecional, a proliferação de casos registados de contágio de COVID-19 em Portugal, fez com que o Governo Português estabelecesse medidas excecionais e temporárias de combate à pandemia.

Para além de um conjunto de medidas de apoio às famílias e a instituições, sobre as quais ainda não existe um valor global é expectável que haja impacto significativo ao nível da atividade económica, com reflexos na redução do volume de receitas futuras.

Foram assim tomadas medidas pelo Município de Alijó, medidas essas de carácter excecional e temporária para dar resposta à epidemia SARS-CoV-2 no sentido de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da doença.

Todas as ações desenvolvidas pelo Município vieram de forma extraordinária e não previsível afetar o orçamento municipal da receita e da despesa.

Até ao momento o Município adquiriu matéria-prima para produção de viseiras, aquisição de equipamento de proteção individual, como batas reutilizáveis, máscaras, fatos de proteção e óculos, também foi adquirido material de confeção para produção de máscaras por voluntários.

Foram também adquiridos painéis amovíveis pra que fosse possível a abertura do mercado e da feira.

O banco de voluntários originaram despesas, nomeadamente no que diz respeito a apólices de seguros.

Adquiriu-se dispensadores de gel em aço inox para a colocação em diversos locais estratégicos nas diversas localidades.

Foi efetuado investimento para instalação no pavilhão municipal de um equipamento que pudesse receber doentes com COVID-19, para isso foram adquiridas tendas desdobráveis.

Foi realizada despesa para a realização de testes ao COVID-19.

Informou-se a população dos cuidados a ter através da elaboração de folhetos informativos e explicativos.

Adquiriu-se gel desinfetante para uso humano e outros produtos de desinfeção para interior e exterior.

Foram adquiridos equipamentos de desinfeção de instalações e exteriores.

Foram adquiridos também equipamentos informáticos quer para adaptar o desenvolvimento das tarefas a desempenhar pelos colaboradores em teletrabalho, quer para solucionar a falta desses equipamentos a alunos do agrupamento de escolas que foram identificados com essa necessidade.

Ao longo deste período, o Município aplicou a isenção do pagamento de alguns serviços a instituições sem fins lucrativos que estiveram na frente do combate à pandemia.

Foram antecipadas verbas às freguesias, às Associações humanitárias de Bombeiros Voluntários e às Instituições Particulares de Segurança Social para que ficassem financeiramente mais robustas para poderem aplicar as medidas necessárias para fazer face a despesas extraordinárias quando necessário.

Foi também deliberado o apoio social, através da atribuição de cabazes, para as famílias vulneráveis e com dificuldades económicas, uma medida aprovada até ao montante de €20.000,00.

Até ao momento o total da despesa realizada foi de aproximadamente €200.000,00 (duzentos mil euros)

O Município continuará a realizar despesa sempre que necessário, quer para o combate à pandemia COVID-19 quer para reestabelecer a normalidade, nomeadamente nas dificuldades sentidas na economia local, aplicando um conjunto de medidas ao investimento na economia local que possa mitigar o efeito negativo provocado pelas exigências de confinamento e toda a fase pandémica, a que grande parte da atividade esteve sujeita.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

Câmara Municipal de Alijó
Rua General Alves Pedrosa, n.º 13 | 5070-051 Alijó
Tel. (+351) 259 957 100
Fax (+351) 259 959 738
www.cm-alijo.pt



104
107